

UMA NOVA POTÊNCIA EXTRARREGIONAL: OS IMPACTOS MULTIDIMENSIONAIS DA PRESENÇA CHINESA NO AMBIENTE DE SEGURANÇA DA AMÉRICA LATINA

Henoch Gabriel Mandelbaum¹

Resumo: A China tem se engajado nos setores econômico, político e militar da América Latina. Além disto, a presença da China no continente traz consigo impactos multidimensionais ao ambiente de segurança regional. Esta pesquisa objetiva analisar esta temática à luz dos grandes desafios nas áreas da segurança e da governança. Como metodologia, utilizamos a análise de fontes secundárias, que se baseia na pesquisa de livros, artigos e relatórios escritos por acadêmicos e especialistas sobre um tópico de pesquisa específico. Os resultados demonstram que a presença chinesa impacta o ambiente de segurança da região de forma multidimensional. Afeta a segurança regional pelos fluxos de comércio armamentista para nações autocráticas e pouco transparentes, acirrando o dilema de segurança entre os países latino-americanos. Ainda, fragiliza a segurança social, pois as atividades comerciais e os aportes financeiros da China aumentam a longevidade de regimes autocráticos, que têm abrigado organizações criminosas transnacionais e grupos terroristas. Por fim, ameaça a segurança ambiental, já que os países da região têm expandido as áreas de extração de commodities para atender a crescente demanda chinesa, destruindo ecossistemas importantes da região.

Palavras-Chave: China; América Latina; Impactos Multidimensionais.

A New Extraregional Power: The Multidimensional Impacts of the Chinese Presence on Latin America's Security Environment

Abstract: China has been engaged in Latin America's economic, political and military sectors. However, China's presence in the continent brings multidimensional impacts to the region's security environment. This research aims to analyze this theme in light of the great challenges faced by the region in the areas of security and governance. As a methodology, we applied an analysis of secondary sources, which is based on researching books, articles, and reports written by academics and experts on a specific research topic. The results demonstrate that the Chinese presence impacts the security environment of the region in a multidimensional way. It affects regional security due to arms trade flows to autocratic and non-transparent nations, worsening the security dilemma between Latin American countries. It also weakens social security, as China's commercial activities and financial support extend the longevity of autocratic regimes, which have housed transnational criminal organizations and terrorist groups. Finally, it threatens environmental security, as countries in the region have expanded commodity extraction areas to meet growing Chinese demand, destroying important ecosystems in the region.

Keywords: China, Latin America, Multidimensional Impacts.

Una Nueva Potencia Extrarregional: Los Impactos Multidimensionales de la Presencia China en el Ambiente de Seguridad de Latinoamérica

Resumen: China ha estado involucrada en los sectores económico, político y militar de Latinoamérica. Sin embargo, la presencia de China en el continente trae impactos multidimensionales al ambiente regional de seguridad. Esta investigación tiene como objetivo analizar este tema a la luz de los grandes desafíos en las áreas de seguridad y gobernabilidad. Como metodología, utilizamos el análisis de fuentes secundarias, que se basa en la investigación de libros, artículos e informes escritos por académicos y expertos sobre un tema de investigación específico. Los resultados demuestran que la presencia china impacta el entorno de seguridad de la región de una manera multidimensional. Afecta la seguridad regional debido a los flujos de comercio de armas hacia naciones autocráticas y no transparentes, agravando el dilema de seguridad entre los países latinoamericanos. También debilita la seguridad social, ya que las actividades comerciales y las contribuciones financieras de China aumentan la longevidad de los regímenes autocráticos, que han albergado organizaciones criminales transnacionales y grupos terroristas. Finalmente, amenaza la seguridad ambiental, ya que los países de la región han ampliado las áreas de extracción de productos básicos para satisfacer la creciente demanda china, destruyendo importantes ecosistemas de la región.

Palabras llave: China; Latinoamérica; Impactos Multidimensionales.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Univ. de São Paulo (USP).

Introdução

Nos últimos vinte anos, a China despontou como a principal parceira comercial da América Latina, e tem se engajado de forma profunda nos setores econômico, político e militar da região. Ao mesmo tempo que seus investimentos, apoio diplomático, cooperação técnica e demanda por commodities são bem-vindos pelos países latino-americanos, a presença da China no continente traz consigo riscos à segurança dos países do continente (ELLIS, 2018).

Desse modo, o objetivo deste trabalho é pesquisar os impactos multidimensionais da presença chinesa no ambiente de segurança latino-americano, o que permitirá uma visão panorâmica acerca da forma como as ameaças estão relacionadas às atividades desenvolvidas pelo governo chinês e pelas empresas chinesas na América Latina, ao mesmo tempo que possibilitará identificar as diversas dimensões nas quais essas ameaças se manifestam, destacando os campos da segurança regional, social e ambiental.

A questão da China enquanto um ator extrarregional que impõe ameaças à América Latina foi identificada pela primeira vez nas obras do cientista político estadunidense Robert Evan Ellis (2015a, 2015b, 2017, 2018, 2019); contudo, esta pesquisa possui o intuito de revisitar a temática à luz dos desafios enfrentados pela região nas áreas da segurança e da governança, tais como disputas militarizadas interestatais, violência social e atividades criminosas perpetradas por atores não-estatais e debilidade institucional.

Para desenvolver este estudo conjuntural, utilizaremos um método designado por Mark Trachtenberg (2006) como “análise de fontes secundárias”, que se baseia na pesquisa de livros, artigos e relatórios escritos por acadêmicos e especialistas sobre um tópico de pesquisa específico. Trachtenberg (2006) aponta que uma interpretação eficiente precisa de uma análise dos fundamentos, de informações relevantes e de uma apresentação concentrada das evidências.

Desse modo, a pesquisa está dividida em três seções: na primeira seção faremos uma caracterização do ambiente de segurança latino-americano, identificando suas principais dinâmicas e fontes de ameaças; na segunda

seção analisaremos a presença econômica, política e militar da China na América Latina, contextualizando-a no cenário de transformações globais e regionais do século XXI; e na terceira seção detalharemos os impactos multidimensionais da presença chinesa no ambiente de segurança latino-americano.

A Zona de Paz Violenta: o Ambiente de Segurança da América Latina

Com o fim da Guerra Fria e a ascensão dos Estados Unidos enquanto potência unipolar na agenda global de segurança, nos anos 1990, adquiriram relevância os espaços de segurança como esferas onde as relações de poder entre os estados são negociadas. As prioridades de segurança variam para cada região do mundo, conforme suas próprias dinâmicas de poder e de segurança (WEIFFEN; VILLA, 2017).

Nos debates sobre segurança internacional, a América Latina geralmente não aparece como uma “região problemática” e não figura de forma proeminente na agenda de segurança global. A partir da perspectiva da segurança tradicional, a América Latina tem sido comumente caracterizada como uma “zona de paz violenta”, devido à rara ocorrência de conflitos interestatais no continente desde 1950. Durante a segunda metade do século XX, os dois únicos conflitos militarizados que escalaram para uma guerra foram a chamada “Guerra do Futebol”, entre El Salvador e Honduras, em 1969, e o confronto entre Equador e Peru, em 1995. Neste período, a Argentina também foi responsável por iniciar uma guerra contra o Reino Unido, em 1982, pelo controle das Ilhas Falklands/Malvinas. A baixa violência interestatal na região levou alguns analistas (HURRELL, 1998; KACOWICZ, 2005) a especularem que a América Latina estava evoluindo de uma região caracterizada pela “formação de conflito”, que enfatizava a formação de balanças de poder e a rivalidade internacional, para uma região caracterizada como uma “comunidade de segurança”, baseada em valores e normas comuns e por práticas de resolução pacífica de conflitos.

Contudo, David Mares (2012) contesta essa concepção da América Latina enquanto uma “comunidade de segurança”, e a caracteriza como uma

“zona de paz violenta”, pois observa que, apesar da região ser uma área de baixa incidência de conflitos, ainda apresenta um número razoável de disputas militarizadas interestatais, especialmente na forma de mobilizações militares e ameaças físicas evidentes. Essas disputas colocam em risco a estabilidade da região pelo fato de terem o potencial de se transformarem em guerras. Mares (2012) observa a ocorrência de 17 disputas militarizadas entre os países latino-americanos apenas no período entre 2005 e 2011. Entre os casos em destaque, estão a explosão de dragas de mineração de ouro por militares venezuelanos em área reclamada por Caracas, mas internacionalmente reconhecida como da Guiana, em novembro de 2007; o ataque colombiano por terra e ar contra membros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) que haviam fugido para o território equatoriano, em março de 2008; e a ocupação da Ilha Calero, da Costa Rica, por militares da Nicarágua, em outubro de 2010 (MARES, 2012; FERREIRA, 2017).

Esses incidentes militarizados decorrem da permanência de diversas disputas de pequena escala e de rivalidades interestatais motivadas por ideologia, hegemonia, território, recursos e movimentos migratórios. Além disso, negociações militarizadas de baixo nível, tais como ameaças verbais e demonstrações de força, muitas vezes encontram apoio na opinião pública doméstica e reticência por parte das instituições regionais em se envolverem. Desta maneira, a militarização de baixo nível pode recompensar o iniciador, e as instituições de segurança regionais ironicamente criam um “risco moral” promovendo este comportamento arriscado (MARES, 2012). Também deve-se notar que tais disputas interestatais têm incitado o aumento dos gastos militares pelos principais países da região, em especial Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela, que estão participando de parcerias estratégicas no setor de armamentos com atores externos, como Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia, China, Coreia do Sul e Israel (WEIFFEN; VILLA, 2017; WEZEMAN; KUIMOVA; WEZEMAN, 2021).

Além disso, a violência perpetrada por atores não-estatais, muitos de natureza transnacional, continua a ser a principal fonte de insegurança da região. A América Latina é a região mais violenta do mundo, com uma taxa média de 21,5 homicídios a cada 100 mil habitantes (dados de 2012), que é

mais do que o triplo da média mundial (7 homicídios a cada 100 mil habitantes), e das 50 cidades mais violentas do mundo, 86% delas se encontram na América Sul (43 cidades) (dados de 2016) (MUGGAH; TOBÓN, 2018).

Os países onde a violência social se destaca são México, Honduras, El Salvador, Brasil, Colômbia e Venezuela. As ameaças à segurança na região se tornaram mais dinâmicas, resilientes e diversas, a partir de problemas como narcotráfico, crime organizado, terrorismo, corrupção, lavagem de dinheiro, violência urbana, tráfico humano, contrabando de pessoas, imigração ilegal e fluxos de refugiados. Outros riscos à segurança latino-americana são provenientes de problemas socioeconômicos como pobreza extrema, exclusão social, epidemias e riscos à saúde. Esses problemas são decorrentes da ingovernabilidade e da fraqueza institucional dos Estados latino-americanos, considerados como causas principais da insegurança regional (FERREIRA, 2017; WEIFFEN; VILLA, 2017).

Ao mesmo tempo, a arquitetura de segurança da América Latina baseia-se fortemente em uma fundação cujos elementos centrais são a soberania nacional, a democracia e a integração econômica. Caso único no mundo em desenvolvimento, tanto por sua extensão, quanto por sua amplitude, uma vez que é composta por uma grande variedade de instituições internacionais, regionais, sub-regionais e até mesmo bilaterais, abordando ameaças internacionais e domésticas. Organizações sub-regionais, tais como o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), também abordam questões de segurança (MARES, 2012; WEIFFEN; VILLA, 2017).

Contudo, essa arquitetura possui sérias limitações no tratamento das principais ameaças à segurança latino-americana, devido ao fato de que não há uma visão regional coerente da segurança que integre as distintas ameaças à segurança interestatal, o que faculta a cada Estado a definição das ameaças à sua segurança. Além disso, a decisão de um país militarizar uma disputa é considerada uma decisão soberana: se um governo percebe a necessidade de se militarizar, é prerrogativa sua. Isso faz com que essa arquitetura de segurança seja projetada para tornar-se ativa somente após um governo decidir que a militarização da disputa interestatal é uma boa ideia. Esse tipo de

arquitetura de segurança regional pode funcionar em um contexto democrático liberal regional consolidado, contudo, muitas democracias latino-americanas não são liberais ou têm instituições liberais demasiadamente fracas. No que concerne às ameaças originárias de atores não-estatais, as instituições latino-americanas têm se mostrado ineficientes em lidar com essas questões, pelo fato de praticamente não fornecerem recursos humanos, econômicos e militares aos Estados. Desse modo, a arquitetura de segurança da região fica relegada a proporcionar um fórum de diálogo entre as nações soberanas e democráticas com o intuito de diminuir as tensões, em vez de resolver os problemas (MARES, 2012; WEIFFEN; VILLA, 2017).

Transformações Globais e Regionais: a Presença Econômica, Política e Militar da China na América Latina

Desde o início do século XXI, o mundo assiste a uma transformação do cenário global. A predominância das potências ocidentais encontra-se em cheque. Antes um *hegemon* global nos 1990, os Estados Unidos da América (EUA) sofreram uma forte deslegitimação de sua política externa diante da comunidade internacional pelo fracasso de sua tentativa de transformar o Afeganistão e o Iraque em democracias estáveis à partir de intervenções militares, que acabaram por clamar grandes custos humanos nos países ocupados e econômicos, levando à perda da capacidade do país moldar a ordem mundial de acordo com sua imagem e interesses (MCCOY, 2017).

No mesmo período, as chamadas “potências emergentes” ascenderam política e economicamente e se tornaram mais influentes nas relações internacionais, não apenas enquanto atores individuais, mas como membros de instituições multilaterais e como participantes de agrupamentos do Sul Global, como o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e o MIST (México, Indonésia, Coreia do Sul e Turquia). Neste cenário, os EUA têm perdido seu status de superpotência unipolar e têm se tornado apenas mais um ator em um mundo *multiplex*, formado por potências emergentes, regionais e por um concerto de velhas e novas potências (WEIFFEN; VILLA, 2017; ACHARYA, 2018).

No plano regional, os governos da região apresentaram mudanças ideológicas profundas. A partir da vitória de Hugo Chávez nas eleições presidenciais da Venezuela, em 1998, diversos governos de esquerda ascenderam ao poder na América Latina: na Argentina e no Brasil, em 2003; na Bolívia, em 2006; no Equador e na Nicarágua, em 2007; no Paraguai, em 2008; e no Uruguai e em El Salvador, em 2009. Esse movimento ficou conhecido como “Onda Cor-de-Rosa” e, durante esse período, os EUA sofreram críticas constantes dos governos da região à sua campanha militar no Iraque e às políticas econômicas de cunho liberal propaladas pelo Consenso de Washington. Ao mesmo tempo, a presença de potências externas na região se intensificou (como a Rússia e a China) porque os líderes latino-americanos as enxergavam como parcerias comerciais e fontes de investimentos alternativas à Washington e como forma de contra-arrestar a influência estadunidense na região (WEIFFEN; VILLA, 2017; ELLNER, 2020).

O aumento da presença da China na América Latina no período também se deve à política externa de George W. Bush (2001-2009). Os ataques terroristas do 11 de Setembro marginalizaram a América Latina na agenda de prioridades dos EUA, de modo que o Oriente Médio se tornou o seu principal *locus* de interesse. A invasão estadunidense do Iraque em 2003, sem autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU), aumentou a distância entre Washington e os países latino-americanos. Apenas quatro países da região somaram forças à *Coalition of the Willing*: Guatemala, República Dominicana, Honduras e El Salvador. Para a maioria das nações do Hemisfério, as motivações do governo dos EUA pareciam “torpes, confusas ou guiadas pela sede de petróleo” (FONSECA, 2008, p. 149). Essa situação levou ao desenvolvimento de agendas mais autônomas nos países da região, voltadas para a integração regional e que excluía os EUA, como a Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), fundada em 2004, e a União das Nações da América do Sul (UNASUL), criada em 2008. Também houve uma proliferação de acordos de complementação econômica (ACE), firmados no marco da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), que excluía os países da América do Norte (FONSECA, 2008).

Entre as potências emergentes, o caso da China é o de maior destaque. A economia chinesa cresceu ao ritmo de quase 10% ao ano durante três décadas desde as reformas econômicas implementadas por Deng Xiaoping, iniciadas em 1978, quando o governo pretendia transformar o país em um importante centro de exportação por meio de uma inserção competitiva nas redes globais de manufatura e distribuição. Em 2014, a China se tornou a maior economia do mundo se considerado o Produto Interno Bruto (PIB) a partir da Paridade do Poder de Compra (PPC), atingindo o nível de 17,6 trilhões de dólares, superando o PIB/PPC dos Estados Unidos no mesmo ano, que totalizou 17,4 trilhões de dólares (BIRD, 2014; MINZNER, 2018).

Pequim tem buscado uma cooperação mais próxima com a América Latina e, atualmente, figura como o principal parceiro externo do continente. O engajamento da China com a região orienta-se sobretudo a partir de suas necessidades econômicas, devido ao modelo de desenvolvimento baseado em exportações, ao rápido desenvolvimento e ao processo de urbanização que tem acompanhado esta estratégia. Assim, os principais objetivos comerciais da China na região são: 1) preservar uma fonte confiável de commodities para a produção industrial e formação de capital; 2) garantir acesso a alimentos para abastecer a sua população de 1,35 bilhão de pessoas como forma de compensar a falta de terras agricultáveis e de fontes de água no país; e 3) assegurar a América Latina como mercado consumidor para seus bens e serviços, particularmente em setores estratégicos, como energia, telecomunicações, serviços bancários e alta tecnologia (ELLIS, 2017; DUSSEL PETERS, 2019). Em 2020, o volume do comércio bilateral entre a China e a América Latina ultrapassou o patamar de 300 bilhões de dólares pelo terceiro ano consecutivo (HUA, 2021).

Politicamente, a China tem optado por um “engajamento flexível” com a América Latina, procurando estabelecer cooperação com os países da região, por meio tanto de foros multilaterais quanto de relações bilaterais, de acordo com as oportunidades e constrangimentos da ideologia de cada governo e das instituições nacionais. O governo chinês tem preferido usar a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) como a principal plataforma de interação com a região, além de agrupamentos regionais como a ALBA,

formada por governos de esquerda de viés anti-estadunidense, e a Aliança do Pacífico, formada por países latino-americanos voltados para a exportação para a Ásia-Pacífico. A principal intenção da China ao participar de tais fóruns é enfraquecer as instituições multilaterais do Hemisfério que são lideradas pelos Estados Unidos, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), diminuindo a influência de Washington nas questões regionais (ELLIS, 2015a; DUSSEL PETERS, 2019).

A China também tem expandido suas atividades no setor militar da América Latina, motivada pelo aumento de seu poderio econômico e bélico. Na última década, as exportações militares chinesas para a região evoluíram de uniformes para armamentos cada vez mais sofisticados. Ao mesmo tempo, o país asiático deixou de vender material bélico apenas para nações ideologicamente alinhadas ao país, como Venezuela, Bolívia e Equador, e passou a vender plataformas de combate para países como Peru, Uruguai e Trinidad e Tobago. As empresas militares chinesas também diversificaram suas vendas para além de caminhões militares, radares e aeronaves, e passaram a vender helicópteros Z-9, blindados ZN-1 APC e barcos de patrulha P-18 (ELLIS, 2017). A China exportou 676 milhões de dólares em armamentos para as Américas entre 2008 e 2018 e, neste comércio, a exportação para a Venezuela é a de maior destaque, alcançando o patamar de 592 milhões de dólares (ELLIS, 2018; CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNATIONAL STUDIES, 2019).

O principal motivo que levou os países da América Latina a optarem por materiais bélicos da China é o custo-benefício. Embora os armamentos chineses sejam geralmente menos avançados que aqueles vendidos por outros países, seus preços são muito mais competitivos. Além disso, a China não coloca condicionalidades políticas em suas vendas, como fazem os EUA (NIXON, 2016). Exemplo disso, é o fato de a China ter começado a vender armamentos para a Venezuela apenas a partir de 2006, quando os EUA impuseram um embargo armamentista contra o país sul-americano por não cooperar no combate contra o terrorismo liderado por Washington. Desde então, a China procurou atualizar os armamentos exportados para o país,

como os veículos VN-4, utilizados pelo regime de Maduro para reprimir os protestos contra o governo, em 2019 (CHINA POWER, 2021).

Os Impactos Multidimensionais da Presença Chinesa no Ambiente de Segurança da América Latina

O engajamento cada vez maior da China na América Latina tem impactado multidimensionalmente o ambiente de segurança do continente, de três formas principais. Primeira, o sucesso econômico da China serve como um modelo atrativo para as nações autoritárias da região, por ser um país que se desenvolveu sob uma forma de capitalismo autoritário direcionado pelo Estado, ao mesmo tempo que rejeita os padrões ocidentais de governança baseados na transparência e no respeito aos direitos humanos e às liberdades individuais, o que dificulta a promoção da democracia em vários países da região. Pequim exportou sistemas sofisticados de reconhecimento facial, os mesmos que utiliza para silenciar a dissidência em seu país, para nações como México, Bolívia, Equador, Panamá, Argentina e Uruguai, o que reforçou a capacidade desses governos de combater o crime, mas também aumentou sua capacidade de monitorar e perseguir opositores políticos, o que pode vir a impactar negativamente a performance democrática desses países (DIAMOND, 2019; ELLIS, 2019).

Além disso, as atividades comerciais da China aumentaram a longevidade de autocracias simpatizantes de Pequim, contribuindo para o crescimento da criminalidade, de redes ilícitas e da instabilidade na América Latina. O principal caso é o da Venezuela. O governo autocrático de Nicolás Maduro (2013-) tem sido, em grande medida, sustentado por meio da compra de petróleo venezuelano por parte da China.² O fornecimento chinês de armamentos, suprimentos, formação técnica, investimentos e de mais de 60 bilhões de dólares em empréstimos desde 2005 auxilia a sobrevivência do atual regime venezuelano sem obrigá-lo a seguir práticas prudentes de governança ou a controlar o crime e a corrupção, permitindo a manutenção do

² A China é o segundo maior importador de petróleo da Venezuela (U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION, 2020). Em 2019, o país sul-americano exportou, em média, 319.507 barris por dia para a China (PARRAGA, 2020).

cenário de colapso social e econômico que o país tem vivenciado (ELLIS, 2018; BARBOSA; JESUS; GIUDICE, 2021).³

O apoio financeiro chinês à Venezuela possibilitou a manutenção do cenário de colapso social e econômico sob o regime de Maduro, que, por sua vez, permitiu que a Venezuela se tornasse porta de entrada de fluxos de atividades ilícitas na região, como o tráfico de armas e de drogas, e um local seguro para atividades de organizações criminosas transnacionais e grupos terroristas, como as FARC e o Exército de Libertação Nacional (ELN), da Colômbia, *Los Zetas*, do México, e o *Hezbollah*, do Líbano (HUMIRE, 2020). Em março de 2020, o Departamento de Justiça dos EUA indiciou Nicolás Maduro e 14 membros de seu governo por tráfico de drogas, narcoterrorismo, corrupção e lavagem de dinheiro. Segundo o Procurador-Geral William Barr, a liderança venezuelana colaborou com as FARC, permitindo que utilizassem o território venezuelano como abrigo para a realização de tráfico de cocaína e de insurgência armada. Estima-se que entre 200 e 250 toneladas métricas de cocaína sejam enviadas a partir de Venezuela para outros países (BORGER; DANIELS, 2020). Somado a isso, a exportação chinesa desproporcional de sistemas de armas modernos para uma nação autocrática como a Venezuela, marcada pela falta de transparência, pode vir a aumentar a desconfiança das democracias da vizinhança em relação à Caracas, acirrando o dilema de segurança na região (ELLIS, 2018; HUMIRE, 2020).

Da mesma forma, o êxodo de 4 milhões de refugiados da Venezuela desde 2015 (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2019), devido à severa deterioração da situação econômica do país, impacta o seu entorno regional. As nações vizinhas, já marcadas pela ineficiência de suas instituições e de seus serviços públicos, encontram-se pressionadas pelo recebimento das levadas de refugiados e, ao mesmo tempo, os venezuelanos

³ O processo de precarização das condições de vida da população venezuelana acelerou a partir de agosto de 2017, quando os EUA impuseram sanções econômicas ao país, seguidas por novas sanções em janeiro de 2019. Os EUA figuravam como um dos principais compradores de petróleo venezuelano, importando 35,6% de sua produção (2018), porém, o boicote cortou 6,8 bilhões de dólares da receita venezuelana (2019) (WEISBROT; SACHS, 2019). As sanções também privaram Caracas de bilhões de dólares em divisas externas necessárias para o pagamento de importações essenciais. As sanções provocaram um aumento de 31% na mortalidade geral dos venezuelanos entre 2017 e 2018, o equivalente a 40 mil mortes, e colocaram as vidas de mais de 300 mil pessoas em risco devido à falta de acesso a medicamentos importados (WEISBROT; SACHS, 2019).

têm sido absorvidos pelo setor informal nas cidades de refúgio, como Cúcuta, Santo Domingo, Cidade do Panamá, Boa Vista e Lima. Muitos refugiados, em situação de penúria, estão sendo recrutados por grupos criminosos, como o ELN e o Exército Popular de Libertação (EPL), na zona da fronteira venezuelana-colombiana (ELLIS, 2018; BARBOSA; JESUS; GIUDICE, 2021).

Segunda, a dependência dos países latino-americanos em relação à venda de commodities para a China, de crédito dos bancos chineses, e da importância cada vez maior das empresas chinesas como empregadoras e como fontes de impostos para os governos da região, confere ao país asiático a capacidade de coagir essas nações, limitando severamente a independência de suas políticas externas e, conseqüentemente, aumentando a influência chinesa nos ambientes políticos domésticos. Um exemplo, é a possibilidade de a China exortar os aliados dos EUA a negarem acesso a bases, recursos, inteligência e apoio político a Washington (ELLIS, 2015b; DIAMOND, 2019).

A importância da exportação de commodities latino-americanas para a China também possui efeitos na segurança estatal e social da região. No âmbito internacional, esse comércio levou a uma intensificação da disputa por recursos entre os países da região, e, como consequência, a um aprofundamento das clivagens ideológicas entre os governos latino-americanos e da fragmentação regional, o que aumenta a possibilidade de conflitos entre esses países. A expansão da demanda chinesa por commodities também tem incitado os países latino-americanos a expandir as áreas de mineração e de produção agrícola e pecuária, o que tem levado à destruição do meio ambiente, ameaçando a segurança ambiental e o sustento e o modo de vida das populações locais e indígenas e, em muitos casos, desembocando em conflitos armados entre os produtores rurais e os povos autóctones, como tem ocorrido na região Norte do Brasil (WEIFFEN; VILLA, 2017; BLENGINO; PASA, 2020).

Terceira, a China tem demonstrado interesse de se posicionar estrategicamente na região por meio de grandes projetos de infraestrutura, aumentando a sua capacidade de influenciar as dinâmicas do ambiente de segurança regional. Caso de destaque é a construção da Estação de Monitoramento Espacial Chinesa, em Neuquén, na Argentina, cujo objetivo declarado é a observação e exploração pacífica do espaço. Foi criada a partir

da celebração de um contrato de duração de 50 anos entre a presidente argentina Cristina Kirchner (2007-2015) e o presidente chinês Xi Jinping (2013-), em 2014. A base possui uma antena parabólica de 13,5 metros, centros de computação e de engenharia e uma rede elétrica própria que custou 10 milhões de dólares. Contudo, a base é administrada exclusivamente pelo Exército chinês e a Argentina possui o direito de usar apenas 10% do tempo de funcionamento da antena e não dispõe de meios para garantir que a China não a utilizará para fins militares, pois ela possui o potencial de ser usada para vigilância e ataques cibernéticos contra os EUA e seus aliados na região. A presença chinesa cada vez maior em setores estratégicos dos países latino-americanos, como segurança pública, energia, telecomunicações e logística, também concede uma vantagem importante à Pequim na coleta de informações sensíveis, o que pode colocar em risco a segurança de cada país e do continente como um todo (ELLIS, 2019; GARRISON, 2019).

Considerações finais

Podemos concluir que apesar da China possuir um peso fundamental nos âmbitos do comércio e do investimento para os países da América Latina, sua presença nos setores econômico, político e militar da região acaba produzindo impactos multidimensionais no ambiente de segurança do continente, afetando a segurança regional, social e ambiental. A segurança regional é afetada pelos fluxos de comércio armamentista para nações latino-americanas autocráticas e pouco transparentes, aprofundando as clivagens ideológicas e o dilema de segurança entre seus vizinhos democráticos. Ao mesmo tempo, a demanda chinesa cada vez maior por commodities tem motivado o acirramento da competição interestatal por recursos, aprofundando a fragmentação regional e a possibilidade de eclosão de disputas militarizadas e conflitos de maior escala. A participação chinesa em projetos de infraestrutura em áreas estratégicas também constitui um flanco aberto para a coleta de informações sensíveis sobre as nações da região, em especial aquelas aliadas aos EUA.

No âmbito da segurança social, as atividades comerciais da China aumentam a longevidade de autocracias da região, contribuindo para o

crescimento da criminalidade, das redes ilícitas e da instabilidade na América Latina, como é o caso da importância dos recursos econômicos e bélicos chineses na manutenção do governo de Nicolás Maduro, que causou a saída de milhões de refugiados do país, que agora têm pressionado a infraestrutura institucional das nações vizinhas no seu processo de acolhimento, e muitos acabaram recrutados por atores ilícitos, como grupos de narcotraficantes e paramilitares. Pequim também impacta a segurança pessoal dos cidadãos venezuelanos ao exportar meios de controle e coerção para o regime de Caracas, caso dos armamentos, veículos blindados e tecnologias de vigilância.

Por fim, no campo da segurança ambiental, os países latino-americanos têm expandido as áreas de agricultura, pecuária e mineração para atender à demanda chinesa cada vez maior por commodities, levando à destruição de ecossistemas importantes da região, como a Floresta Amazônica no Brasil, ameaçando o sustento e o modo de vida das populações autóctones, especialmente indígenas, que dependem das matérias-primas locais nas suas atividades econômicas.

Desse modo, os países latino-americanos precisarão realizar estudos mais aprofundados acerca dos impactos da participação chinesa em seus setores econômico, político e militar para sopesar os benefícios reais dessa relação bilateral, a fim de salvaguardar a segurança regional, social e ambiental da América Latina, reduzindo as ameaças em uma zona que enfrenta formas severas de desigualdade social, debilidade institucional e falta de segurança pública.

Referências

ACHARYA, Amitav. **The End of American World Order**. 2.ed. Cambridge: Polity Press, 2018.

BARBOSA, André Lucas Palma; JESUS, Cíntia Silva de; GIUDICE, Dante Severo. "Vidas Secas' Venezuelana: Uma Análise Preliminar da Diáspora". **Revista de Geopolítica**, v. 12, n. 1, p. 118-132, jan./mar. 2021.

BIRD, Mike. China Just Overtook the US As the World's Largest Economy. **Business Insider**, 2014.

BORGER, Julian; DANIELS, Joe Parkin. US indicts Nicolás Maduro and other top Venezuelan leaders for drug trafficking. **The Guardian**, 2020.

BLENGINO, Agostina; PASA, Jordy. The Bitter Aftertaste of China's Hunger for South American Food. **The Diplomat**, 2020.

CENTER FOR STRATEGIC AND INTERNATIONAL STUDIES. **How dominant is China in the global arms trade?** Washington: CSIS, 2019.

CHINA POWER. How Dominant is China in the Global Arms Trade? **Center for Strategic and International Studies**, 2021.

DIAMOND, Larry. **Ill Winds: Saving Democracy from Russian Rage, Chinese Ambition and American Complacency**. New York: Penguin Press, 2019.

DUSSEL PETERS, Enrique. **China's Recent Engagement in Latin America and the Caribbean: Current Conditions and Challenges**. Washington: The Carter Center, 2019.

ELLIS, Robert Evan. Strengthening America's Adversaries. **The Cipher Brief**, 2015a.

_____. "The Rise of China in the Americas". In: BAGLEY, Bruce M.; ROSEN, Jonathan D.; KASSAB, Hanna S. (Org.). **Reconceptualizing Security in the Americas in the Twenty-First Century**. Lanham: Lexington Books, 2015b. p. 215-234.

_____. "The Strategic Context of China's Advance in Latin America: An Update". **Observatoire de la Chine**, n. 17, p. 2-7, abr. 2017.

_____. "The Impact of China on the Latin American Security Environment". **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 24, n. 2, p. 456-462, mai./ago. 2018.

_____. Chinese Surveillance Complex Advancing in Latin America. *Newsmax*, 2019.

ELLNER, Steve. "Has the Pink Tide Cycle Come to an End? Will It Have a Long-Lasting Impact"? In: ELLNER, Steve. (Org.). **Latin America's Pink Tide: Breakthroughs and Shortcomings**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2020. p. 39-58.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. "Criminality and Violence in South America: The Challenges for Peace and UNASUR's Response". **International Studies Perspectives**, v. 18, n. 1, p. 64-80, 2017.

FONSECA, Carlos da. O Governo George W. Bush e o relacionamento EUA-América Latina. **Relações Internacionais (R:I)**, n. 19, p. 147-158, set. 2008.

GARRISON, Cassandra. China's military-run space station in Argentina is a 'black box'. **Reuters**, 2019.

HUA, Xia. Trade cooperation between China, Latin America fruitful: FM. **Xinhua**, 2021.

HUMIRE, Joseph M. **The Maduro-Hezbollah Nexus: How Iran-backed Networks Prop up the Venezuelan Regime**. Washington: Atlantic Council, 2020.

HURRELL, Andrew. "An emerging security community in South America"? In: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael (Orgs.). **Security Communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998. p. 228-264.

KACOWICZ, Ariel. **The Impact of Norms in International Society: The Latin American Experience, 1881-2001**. Notre Dame: Notre Dame University Press, 2005.

MARES, David R. "Por que os latino-americanos continuam a se ameaçarem: o uso da força militar nas relações intra latino-americanas". **VARIA HISTORIA**, v. 28, n. 48, p. 599-625, jul./dez. 2012.

MCCOY, Alfred W. **In the Shadows of the American Century: The Rise and Decline of US Global Power**. Chicago: Haymarket Books, 2017.

MINZNER, Carl. **End of an Era: How China's Authoritarian Revival is Undermining its Rise**. New York: Oxford University Press, 2018.

MUGGAH, Robert; TOBÓN, Katherine Aguirre. **Citizen Security in Latin America: Facts and Figures**. Rio de Janeiro: Igarapé Institute, 2018.

NIXON, Allan. China's Growing Arms Sales to Latin America. **The Diplomat**, 2016.

PARRAGA, Marianna. Venezuelan oil exports fell by a third in 2019 as U.S. sanctions bit: data. **Reuters**, 2020.

TRACHTENBERG, Mark. **The Craft of International History**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Refugees and migrants from Venezuela top 4 million: UNHCR and IOM**. New York: UNHCR, 2019.

U.S. ENERGY INFORMATION ADMINISTRATION. Country Analysis Executive Summary: Venezuela. **EIA**, 2020.

WEIFFEN, Brigitte; VILLA, Rafael D. "Re-Thinking Latin American Regional Security: The Impact of Power and Politics". In: SUAREZ, Marcial A. G.; VILLA, Rafael D.; WEIFFEN, Brigitte (Orgs.). **Power Dynamics and Regional Security in Latin America**. New York: Springer Berlin Heidelberg, 2017. p. 1-23.

WEISBROT, Mark; SACHS, Jeffrey. **Sanções Econômicas como Punição Coletiva: O Caso da Venezuela**. Washington: Center for Economic and Policy Research, 2019.

WEZEMAN, Pieter D.; KUIMOVA, Alexandra; WEZEMAN, Siemon T. **Trends in International Arms Transfers, 2020**. Stockholm: Stockholm International Peace Research Institute, 2021.

Recebido em 18.03.2021.

Publicado em 01.04.2021.